

52 José Bonifácio defendeu a transferência

Divulgação

ROVÊNIA AMORIM

A primeira manifestação, no Parlamento brasileiro, em favor da mudança da capital do País para as regiões interioranas, ocorreu com José Bonifácio de Andrade e Silva, no Brasil Império, em 1823, durante a Assembléia Constituinte e Legislativa.

Nove anos depois, na Câmara dos Deputados, um representante do Estado do Pará, João Cândido de Deos e Silva, encaminhava à mesa a primeira proposição, em forma de projeto, mandando que o Governo escolhesse um ponto central, no Império, para edificar a capital.

Em 1833, dois outros deputados, o pernambucano Ernesto Ferreira França e o baiano Antônio Ferreira França, apresentaram projeto no mesmo sentido. Os dois não tiveram tramitação legislativa. O único projeto apresentado durante o Brasil Império que mereceu discussão e exame foi o do senador pernambucano Holanda Cavalcanti, em 1852.

Com a proclamação da República, em 1889, o ideal de interiorização da capital do Brasil transformou-se num imperativo constitucional. O ato do Governo, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, considerando a cidade do Rio de Janeiro “provisoriamente

sede do Poder Federal”, foi a primeira manifestação republicana a favor da criação de uma nova capital.

Dentro deste espírito, incluem-se os constituintes republicanos de 1890/1891 que colocaram no texto constitucional o princípio da mudança e interiorização da capital. A transferência da sede do Governo para o Planalto Central, em letra constitucional, marca a passagem de um século desde a primeira manifestação pela interiorização da capital. Tiradentes foi o preconizador, por intermédio dos ideais da Conjuração Mineira de 1789.

Instalado em 14 de novembro, um ano após a proclamação da República, o Congresso Constituinte elegeu, sete dias depois, uma comissão especial, formada por 21 membros, para examinar e dar parecer ao Projeto de Constituição, proposto pelo Governo do marechal Deodoro. Um dos primeiros artigos sugeria ao Congresso a idéia da mudança da capital.

No dia 23 de fevereiro de 1890, o projeto contendo o imperativo da mudança é aprovado. Conforme o seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”.



Mozart Parada, um dos engenheiros pioneiros do DF, confere estudos feitos pelos exploradores